

Desenvolvimento sustentável como uma forma de mitigar o impacto negativo da globalização nas comunidades locais

Cíntia Bonder *

Resumo

Este artigo tem por objetivo mostrar alguns impactos da globalização nas comunidades locais e como o desenvolvimento sustentável pode trabalhar estes impactos. Para tanto, apresenta alguns conceitos de globalização e suas correntes de pensamento; trata de discutir o desenvolvimento sustentável e a globalização; e por fim, discute o impacto da globalização nas comunidades locais e como minimizá-los.

Palavras-chave: Globalização. Desenvolvimento sustentável. Meio ambiente. Comunidades locais.

Abstract

This paper is about the impact of globalization on the local communities and how the sustainable development issues has the influence on it. Thus, it introduces some concepts of globalization relating it to sustainable development and in addition, discuss about the impact of globalization on local communities and how to reduce their impacts.

Key words: Globalization. Sustainable development. Environment. Local communities.

Introdução

O conceito de sociedade sustentável relaciona-se à sustentabilidade de vida de uma comunidade, povo ou nação. Pressupõe um balanço positivo quando se confrontam as atividades que contribuem para a construção e implementação da sua riqueza social – por exemplo, respeito às minorias étnicas, extensão da previdência social, oportunidades de emprego e valorização da mão-de-obra e de distribuição de renda, comparativamente àquelas que causam efeitos negativos ou perversos à qualidade de vida, quais sejam: pobreza, miséria, exclusão social, etc.

Desta forma, a construção da sociedade sustentável fundamenta-se na equidade e na justiça social, fatores que precisam ser resgatados no contexto da sociedade moderna, caracterizada pela concentração de riquezas, centralização de poder e conseqüente segregação de classes e exclusão dos menos favorecidos. Este resgate não é uma tarefa fácil e requer um esforço coletivo de mobilização, motivação e de participação de todos os cidadãos na construção do capital social que poderá assegurar a prosperidade econômica durável.

O ser humano, como os demais seres vivos, interage com o meio em que vive, tecendo uma teia de relações fundamentais à sua sobrevivência. No entanto, o seu espírito dominador aliado ao desconhecimento da complexidade dos sistemas naturais tem resultado em ações antrópicas nem sempre planejadas e às vezes inconseqüentes, comprometendo a capacidade de suporte da vida no planeta, isto é, a exploração predatória dos recursos naturais para a satisfação das necessidades humanas e a manutenção de certos padrões e estilos de vida, vêm comprometendo a sustentabilidade ambiental em nível global.

Da mesma forma, no campo social, observa-se o fenômeno mundial de intensificação das desigualdades nas relações capital e trabalho, em parte decorrente da concentração de

* Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela PPGSS/PUCRS; Doutoranda do PPGSS/PUCRS; Filiada ao Núcleo de Estudos em Formação Profissional.

riquezas, cada vez maior, nas nações desenvolvidas, resultando na deterioração da qualidade de vida dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, vitimados pela crescente exploração do homem pelo homem.

Esta realidade leva à reflexão sobre a insustentabilidade sócio-ambiental dos modelos de desenvolvimento adotados pelos Estados (seja de forma livre ou imposta, como a globalização e o livre mercado), bem como sobre a crise de percepção e liderança que se verifica no momento atual, demandando cada vez mais posturas pró-ativas dos cidadãos, na busca de saídas ou alternativas que possam fazer face aos problemas sócio-ambientais nas mais variadas escalas, como se verifica nas comunidades locais.

Novas áreas de prioridade têm surgido com implicações para a sustentabilidade. O aumento no foco da agricultura e serviços, como turismo, serviços financeiros e comércio eletrônico e a existência de instituições intergovernamentais tem dado primazia para a liberalização do comércio mais do que para as questões ambientais e suas considerações sociais.

Também é importante observar que, quando se fala em globalização, pensa-se em liberalização do mercado e de investimentos. No entanto, globalização é um conceito que expressa uma grande gama de eventos e processos que estão além do mercado livre. A globalização está sendo conduzida por alguns atores – corporações, governos, ONGs (Organizações Não Governamentais) – locais e internacionais, mas, é evidenciada em ações específicas, como a derrubada de floresta de árvores centenárias e naturais do ambiente. Estas ações são abrigadas pelas instituições internacionais e locais (Organização Mundial do Comércio – OMC, UNCED)¹ e por pactos de comércio regional, com vários mecanismos de transmissão (comércio e investimentos, imigração, protestos internacionais, imprensa). A comunicação via satélite, Internet, fibras óticas, fax, informação digital, computadores de alta velocidade estão ligando as pessoas ao redor do mundo de uma forma sem precedentes.

Não há dúvida que a globalização é um palco amplo de discussões, que atrai oponentes e simpatizantes. Aqueles que estão a favor argumentam que a globalização, incluindo o livre comércio e investimentos, é necessária para alcançar a paz no mundo através do desenvolvimento que oportuniza. Aqueles que são contra dizem que, sem aderir ao desenvolvimento sustentável, haverá um mau uso dos recursos naturais, e que esta outra forma poderia conduzir a sociedade a uma próspera economia global sem colocar em risco o meio ambiente. Além disto, ainda justificam que a globalização proporciona a homogeneização das culturas e essa tem sido responsável pelo aumento da desigualdade entre as sociedades que já são ricas e àquelas mais pobres. Acrescentam, ainda, que a globalização prioriza o investimento de capital de grandes corporações, no lugar de proteger o meio ambiente e prover as necessidades humanas básicas, educação e emprego para a maior parte da população.

Este artigo tem por objetivo mostrar alguns impactos da globalização nas comunidades locais e como o desenvolvimento sustentável pode trabalhar estes impactos. Para tanto, o primeiro item apresenta alguns conceitos de globalização e suas correntes de pensamento; em seguida, o texto discute o desenvolvimento sustentável e a globalização; como terceiro item apresenta-se o impacto da globalização nas comunidades locais e para finalizar, apontam-se três estudos de caso, mostrando como é possível mitigar os impactos da globalização nas comunidades locais, empregando o desenvolvimento sustentável.

¹ United Nations Conference on Environment and Development (Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Sobre globalização

Globalização e desenvolvimento sustentável são duas palavras que entraram na moda. Houve uma apropriação destes termos por todos os segmentos da sociedade que discutem economia e/ou meio ambiente. Globalização tem sido descrita como a causa e a cura para todos os males do mundo. Quanto mais o termo é usado, menos preciso seu significado se torna. No caso da globalização, quem já não ouviu falar? Mas onde se pode ver este fenômeno? Quem ou o que o conduz? Como está relacionado ao desenvolvimento sustentável? A dificuldade às várias tentativas em defini-lo está no fato de que a globalização se manifesta através de situações e eventos individuais, podendo ocorrer tanto em escala global como local.

O que é globalização? É um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta. Trata-se de um processo historicamente novo (distinto da internacionalização e da existência de uma economia mundial) porque somente na última década se constituiu um sistema tecnológico (telecomunicações, sistemas de informação interativos e transporte de alta velocidade em âmbito mundial, para pessoas e mercadorias) que torna possível essa globalização” (Castells, 1999, p. 149).

Para Wagner (2000) a globalização se refere à maior abertura e troca entre indivíduos, bens, serviços e idéias entre fronteiras nacionais como foi característico da década de 90. É o resultado das trocas que houve globalmente nos últimos 10 anos: o espraiamento da democracia e novas idéias através das mudanças políticas, o aumento disponível e a força das tecnologias. Estatísticas que tentam quantificar as mudanças conduzidas para a globalização tomam parte da discussão nesta questão. Hilary French (2000) enfatiza o aumento do papel do mercado, a presença de corporações transnacionais e a escalada dos investimentos diretos estrangeiros como evidência das forças econômicas e políticas por trás da globalização:

- O número de corporações transnacionais cresceu de 7000, em 1970, para 54000 em 1998.
- Os investimentos internacionais das corporações transnacionais (investimento direto estrangeiro – FDI) cresceram de 44 bilhões de dólares para 644 bilhões de dólares entre 1970 e 1998.

Segundo Giddens (2000), existem duas escolas de pensamento sobre a globalização: os “hiperglobalizadores” e os “globalizadores cépticos”. Hiperglobalizadores enfatizam estatísticas como as apresentadas acima. Acreditam que globalização significa a expansão do mercado global e que esta tem sido minada pelo poder dos Estados. Os cépticos desta visão arguem que houve mais comércio global no século XX e na última parte do século XIX do que nos dias de hoje, sugerindo que o comércio era mais desenvolvido naquela época do que agora. A visão dos cépticos apela para as idéias de esquerda. Se a globalização não tem nada de nova, o estado de bem estar pode permanecer intacto e o aparato tradicional da democracia social, bem como alguns degraus do poder econômico nacional podem ser preservados.

Wagner (2000) traz a idéia de que a mudança é o elemento definidor do fenômeno da globalização, mas um passo desigual de mudança cria dúvidas em muitos atores sociais sobre seus benefícios. Muitas das tendências envolvidas na globalização sugerem melhoria de vida: os salários podem aumentar com os novos investimentos; a indústria e os indivíduos deverão

se sentir “empoderados”² pelas suas habilidades em participar em novas democracias e em debates globais. A velocidade em que estas mudanças estão ocorrendo tem pegado algumas comunidades e atores sociais despreparados. Como resultado, estas comunidades e atores não têm tido voz na formação do desenvolvimento relacionado com a globalização e como são afetados por este. Como exemplo citam-se as indústrias que se mudam antes que os estados ou as comunidades adotem legislação ambiental para proteger seu meio ambiente.

Os efeitos relacionados à globalização podem ser difíceis para prever e preparar para as interconexões. Interconexões representam um outro elemento concernente a este fenômeno. Giddens chama isto de “ação a distância”: globalização envolve um aumento significativo de interconexões entre a vida individual e o futuro global, que pensa este autor ser relativamente novo na história. Em parte, em resposta ao crescimento do comércio e articulações econômicas entre países, o que acontece em um país ou comunidade pode afetar outros onde os resultados são intencionais ou não. Flutuação da moeda, boom econômico e quebras de economias representam tipos de eventos macroeconômicos que podem ter efeitos espalhados além das fronteiras dos respectivos países.

As mudanças das tecnologias de comunicação também contribuem para esta interconexão. A explosão das possibilidades para troca de informação e idéias – especialmente pela Internet – aumenta a transmissão da informação sobre eventos a partir de um escritório de poder decisório para grupos de cidadãos ou outros grupos de poder de decisão ao redor do mundo. Lobistas e pessoas reivindicadores podem organizar campanhas com orçamento limitado e cruzar fronteiras. Outros com poder de decisão podem agir de forma contrária ou não. Giddens também sugere que, com a comunicação global instantânea, a grande tessitura da vida social é alterada. Quando se vive em um mundo onde a mídia de imagens atravessa o planeta, o que se é e como se vive sofre uma mudança (pode-se ter mais familiaridade com a imagem dos líderes do mundo do que com o vizinho de porta).

Existem, basicamente, duas correntes que se posicionam na discussão sobre a globalização: corrida para baixo³ e corrida para cima.⁴

Muitos críticos da globalização acreditam que o mercado livre e o fluxo de capitais, na ausência de regras ambientais internacionais, conduzirão ao declínio os padrões de proteção do meio ambiente (e outras questões sociais) ao redor do mundo. A hipótese é que na corrida para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos, os governos passem a competir para proporcionar incentivos para que as multinacionais se estabeleçam sob a sua economia. Estes incentivos podem incluir baixos padrões ambientais criando, inclusive, paraísos poluidores. Se todos os governos agirem desta forma, o resultado será uma corrida para baixo. O problema é composto pela existência do mercado internacional e regras de investimento que limitam a habilidade dos governos para colocar em prática políticas ambientais. Também exige-se que as regras do mercado promovam uma cobertura legal para países estrangeiros para o desafio das políticas ambientais domésticas que interferem no seu direito ao comércio. Dois dos melhores exemplos conhecidos da interferência da Organização Mundial do Comércio são os casos da disputa Atum – Golfinho e Camarão – Tartaruga. Em ambos os casos, a OMC arguiu contra a legislação ambiental dos Estados Unidos, com base em que eles estavam discriminando o mercado e que eles não se enquadravam nas exceções permitidas para a proteção ambiental.

Os defensores da globalização argumentam que o mercado livre e os investimentos tendem a aumentar os padrões ambientais. Estes pontuam os estudos que mostram que o custo do controle da poluição para a maior parte das indústrias é pequeno em relação ao custo total

² No original em inglês *empowered*.

³ No original, em inglês: *race to the bottom*.

⁴ No original, em inglês: *race to the top*.

da produção. Como resultado, não há uma reposta correspondente a este fato, no entanto, continua a haver o interesse nos fatores de competitividade mais tradicionais como o acesso ao mercado, níveis de habilidades e produtividade da força de trabalho e uma política ambiental estável. De qualquer modo, os governos têm rejeitado estes modelos como um esforço para prevenir os piores poluidores de se localizarem em seus territórios. De acordo com esta visão, não há evidência que as indústrias poluidoras estejam migrando dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, preferivelmente, a migração tem se dado no sentido das indústrias de trabalho intensivo que tendem a ser menos poluidoras.

Países e cidades mais ricas têm mais poder de barganha, oportunidade de participação social, especialmente de grupos ambientais, e uma variedade maior de instrumentos para atrair as chamadas indústrias limpas. Isso faz com que empurrem, ao mesmo tempo, as indústrias chamadas sujas ou poluidoras para as jurisdições onde haja menos poder de barganha e menos opções para atrair outros tipos de investimento. A transmissão de indústrias poluidoras ao redor do globo, nesta visão, tem muito a fazer no sentido das disparidades de lucro, desenvolvimento da sociedade civil e política e, desenvolvimento de política pública para a globalização.

Globalização e desenvolvimento sustentável

A Comissão Brundtland⁵ desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo

aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade e; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (*Nosso futuro comum*, 1991, p. 46).

Rees e Wackernagel (1996) acreditam que a necessidade da humanidade para viver equitativamente a partir do significado da natureza é uma mensagem implícita na maior parte das definições de desenvolvimento sustentável, a começar por esta definição da Comissão Brundtland. Como sempre, a despeito do difundido conhecimento dos sintomas ecológicos e sociais do problema, interpretações de desenvolvimento sustentável e suas implicações são contraditórias. Uma das razões para o conflito de interpretações do termo é que ele pode ser ambíguo. Muitas pessoas identificam-se mais com a parte “sustentável” e atribuem um significado de transformação ecológica e social, um mundo de estabilidade ambiental e justiça social. Outras pessoas identificam-se mais com “desenvolvimento” e interpretam como significando mais crescimento, uma visão reformada do *status quo*. Estas diferentes atribuições de significados são causadas pelas diferenças ideológicas e a relutância de muitos em reconhecer as implicações implícitas na mensagem. Se há uma idéia de conceito vago, esta é atribuída ao reflexo do poder e da barganha política.

Desenvolvimento sustentável é outro termo largamente usado e utilizado em todos os segmentos da sociedade e que, portanto, acabou por adquirir as mesmas características

⁵ Relatório apresentado à Assembléia Geral da ONU em 1987, sobre o meio ambiente, também conhecido por relatório Brundtland, por ter sido presidido pela Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

elásticas que foram auferidas ao termo globalização. De qualquer maneira, estes dois termos vêm sendo empregados quotidianamente pelos intelectuais. Assim, estes termos acabaram por soar tão familiares que a tentação de relacioná-los é muito forte, criando, portanto, um debate barulhento, com visões diferenciadas e conclusões variadas.

De fato, os debates em torno dos processos de globalização e desenvolvimento sustentável tornaram-se recentemente tão politicamente carregados que eles adquiriram o potencial para influenciar profundamente as políticas públicas nacionais e internacionais, tanto para melhor, como para pior.

Muitas pessoas entendem globalização como integração econômica, como é visto no rápido crescimento do mercado internacional e investimento, e o crescimento da interdependência entre as economias. Para Woo (2000), esta perspectiva tende a enfatizar o declínio dos governos nacionais em regular suas economias em muitas áreas, seja por causa da necessidade de competir com os investimentos estrangeiros, seja porque os governos têm cedido sua autoridade nesta área para as instituições supranacionais. A inabilidade dos governos em proteger o meio ambiente é seguidamente evocada como um exemplo específico de como a globalização ameaça a soberania nacional. Desta perspectiva, símbolos típicos da globalização incluem o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e corporações multinacionais.

Um outro entendimento comum de globalização é o imperialismo cultural, leia-se cultura americana. A visão aqui é que o poder comercial dos Estados Unidos, apoiado pelas regras do sistema econômico internacional, tende a promover a cultura e o modo de vida americano no mundo todo, sufocando as alternativas culturais locais. Críticos arguem que esta cultura mundial é socialmente indesejável e ambientalmente insustentável, e que isto ameaça a tradição e a diversidade. Muitos símbolos da globalização cultural são americanos como Coca-Cola, Disney, McDonalds... mas existem inúmeros exemplos não americanos como Pokemon (Japão), Carrefour (Francês), Asterix (Francês)...

Woo acredita que os críticos ocidentais deste tipo de globalização usualmente focalizam apenas o consumidor e os produtos culturais, tendendo a não incluir outros tipos de exportação cultural do ocidente, como o conceito de direitos individuais, o estilo ocidental de democracia e outros valores políticos. Ao contrário, muitos críticos ocidentais da globalização cultural são a favor que haja uma difusão dos valores políticos como direitos humanos, democracia e liberdade de imprensa. Eles vêm estes valores como forma de combater os aspectos negativos da globalização econômica pelo aumento dos padrões ambientais e sociais de prática de negócios ao redor do mundo. O mundo corporativo, por sua vez, não é imune à globalização cultural. Desde os anos oitenta, os modelos de negócios e normas têm convergido na direção do modelo americano, especialmente naquelas questões como governo corporativo, direitos dos acionistas e práticas responsáveis. Um dos resultados da crise da Ásia tem sido a pressão sobre muitas firmas asiáticas para reestruturar e adotar nas suas práticas de negócios o estilo americano. Esta tendência continua a ter resistência em muitos líderes de negócios locais, colocando-os bruscamente no mesmo campo que as outras empresas antiglobalização.

Outras visões sobre globalização colocam mais ênfase no significado pela qual a rápida expansão do mercado mundial e investimentos ou a difusão da cultura americana/ocidental tem tomado lugar. O advento do transporte motorizado, as modernas telecomunicações, meios de transportes aéreos e a Internet fazem parte desta história. Esses desenvolvimentos tecnológicos têm sido não meramente como um instrumento passivo de expansão do mercado e mudança cultural, mas como uma condução primária da globalização. A partir desta perspectiva, globalização não é um fenômeno exclusivo das corporações multinacionais ou forçosamente apenas do *establishment*. Esta também é acessível a ativistas, cidadãos, ONGs e outras organizações da sociedade civil, particularmente aquelas originadas

nos países ricos. A ONG internacional Greenpeace é um bom exemplo, não só por sua habilidade em aparecer em lugares de risco ambiental⁶ em todo o mundo, mas principalmente por mobilizar apoio internacional durante um período de tempo.

Woo explica que

O maior apoio apaixonado da globalização está colocado além dos aspectos econômicos, culturais e tecnológicos como as características definidas desta criatura de muitas cabeças. No lugar disto, eles identificam a liberdade individual como o prêmio máximo. Colocando abaixo tradicionais barreiras e o fomento da prosperidade, acredita-se que a globalização oferece a vasta possibilidade de expandir as escolhas para um maior número de pessoas do que qualquer outro tempo na história (Woo, 2000, p. 85).

Entre aqueles que acreditam que a globalização é real e que está conduzindo a mudanças fundamentais no mundo econômico, Woo indica que há que se assumir duas posições: que globalização é um fenômeno recente e que seu progresso é inevitável.

Rees (2000) pensa que algumas pessoas acreditam que nos países em desenvolvimento existe a tendência no mercado global para diminuir os padrões ambientais por razões de competição, com o problema ecológico associado a um mercado mais livre. O mercado livre advoga que os países pobres têm o direito de explorar seu meio ambiente para ganhar vantagens competitivas no mercado global. Sem negar o crescimento do problema de mercado relacionado à poluição da indústria e da agricultura (deteriorando a qualidade ambiental), vê-se que o mundo também tem aumentado sobremaneira a sua crise ambiental com o declínio da quantidade ambiental. Isto é explicado usando a análise de “pegada ecológica”.⁷

Rees descreve a pegada ecológica de uma específica população como “a área de ecossistema de terra e água requerida para produzir os recursos consumidos e para assimilar o lixo produzido pela população em sua base produtiva” (Rees, 2000, p.76), conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1: Pegada ecológica por pessoa em alguns países, 1995⁸

País	Capacidade ecológica disponível (hectares <i>per capita</i>)	Pegada ecológica	Déficit ecológico (capacidade menos pegada)
Estados Unidos	6.7	10.9	-4.2
Índia	0.5	1.0	-0.5
Canadá	12.6	7.4	5.2
Brasil	9.1	3.8	5.3
Mundo	2.0	2.4	-0.4

Fonte: Mathis Wackernagel e Alejandro Callejas, “The Ecological Footprints of 52 Nations (1995 data),” *Redefining Progress*, <www.rprogress.org>.

⁶ Utiliza-se a expressão *hot spots* que são situações ambientais críticas, no limite da sua existência, aqui traduzidas para risco ambiental.

⁷ No inglês: ecological footprint, para maior aprofundamento pesquisar em WACKERNAGEL, Mathis, REES, William. *Our ecological footprint – reducing human impact on the earth*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1995 e no site www.rprogress.org

⁸ Para se calcular o footprint de cada pessoa pode-se acessar o site www.rprogress.org

Outra forma de verificar as disparidades no consumo pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2: Comparação do consumo entre as populações dos Estados Unidos, Canadá, Índia e do mundo

<i>Consumo por pessoa em 1991</i>	<i>Canadá</i>	<i>Estados Unidos</i>	<i>Índia</i>	<i>Mundo</i>
Emissão CO ₂ (ton./ano)	15.2	19.5	0.81	4.2
Poder de compra (em dólares americanos)	19.320	22.130	1.150	3.800
Veículos por 100 pessoas	46	57	0,2	10
Papel consumido (kg/ano)	247	317	2	44
Uso de energia fóssil (gigajoules/ano)	250	287	5	56
Retirada de água potável (m ³ /ano)	1.688	1.868	612	644
Pegada ecológica por pessoa	4.3	5.1	0.4	1.8

Fonte: WACKERNAGEL, Mathis, REES, William. *Our ecological footprint – reducing human impact on the earth*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1995.

Os quadros 1 e 2 permitem observar as disparidades de consumo entre os diferentes países. Considerando que os recursos naturais e ambientais são finitos, se alguns países têm um grande consumo, significa que outros, obrigatoriamente, têm que ter menos consumo. Neste jogo desbalanceado de poderes, explicitam-se as diferenças sócio-econômicas entre os países. Em termos mais simples, significa, por exemplo, a partir do quadro 2, que cada americano nascido em 1995, equivale a 12,75 indianos nascidos no mesmo período, em termos de consumo.

Os valores de referência para estes cálculos são basicamente:

Quadro 3: Espaço bioprodutivo no planeta Terra

	<i>Bilhões de hectares</i>	<i>percentual</i>
Superfície do planeta Terra	50,9	100%
terra	14,4	28%
terra produtiva	9,4	19%
mar	36,5	72%
produtivo	3,2	6%
Total de área bioprodutiva	12,6	25%

Fonte: www.rprogress.org

Quadro 4: População Humana e projeções⁹

	2000	2001	2002	2003	2099	2100
População milhões	6000	6084	6169	6256	23763	24096
Nº de pessoas acrescidas por ano (milhões)	84	85	86	88	333	337

⁹ Informações pesquisadas no site www.rprogress.org :A população mundial cresceu 2% ao ano em 1970, e 1,4% em 2000. Para calcular o crescimento contínuo, aplica-se a constante anual 1,4% de índice de crescimento: 6 bilhões x 1.014¹⁰⁰ = aproximadamente 24 bilhões.

Fonte: www.rprogress.org

A partir destes dados, a ONG Redefinig Progress calcula que cada pessoa no planeta tenha como sua pegada ecológica ideal o valor de 2,1 hectares/ pessoa. Assim, ao analisarem-se os dados do Quadro 3, pode-se concluir que o Canadá necessitaria de 2,03 planetas e os Estados Unidos, de 2,43 planetas para suportar seus atuais padrões de consumo. É claro que *felizmente*, vários países como a Índia, têm padrões de consumo que lhe permitiriam, individualmente, consumir 5 vezes mais, aproximadamente.

O impacto da globalização nas comunidades locais e o desenvolvimento sustentável

A globalização opera de muitas formas diferentes, com diversos resultados para o desenvolvimento sustentável. É importante lembrar que esta característica da globalização é muito generalizada. Enquanto a idéia de “corrida para baixo” ou “corrida para cima” pode ser um meio para pensar como as multinacionais respondem a iniciativas de investimento, provavelmente é imprudente usar isto como uma teoria geral da globalização.

Estudos no nível local são úteis por inúmeras razões. Primeiro, eles proporcionam exemplos de estudo de caso para testar o alto nível das teorias tipo “corrida para baixo”. Segundo, eles permitem um exame mais próximo das respostas locais para as forças de globalização. Terceiro, estudos de impacto local expõem interações complexas entre interesses local, regional e nacional, à parte do efeito da pura globalização. Finalmente, estes estudos podem ser colocados em um contexto específico histórico e cultural, que pode proporcionar tanto uma boa explanação sobre os impactos da comunidade, quanto um olhar único para a globalização.

Já foi dito anteriormente que existem varias definições para globalização: mercado livre, investimentos estrangeiros onde haja facilidades locais, autoridade supranacional distante, americanização, consumismo, o poder da Internet. É claro que, provavelmente, todas estas ocorram ao mesmo tempo, mas é importante tentar esclarecer os diferentes efeitos, no lugar de disfarçar estes aspectos sob o manto genérico da globalização. Diferentes aspectos da globalização podem operar em diferentes direções. Em um hipotético estudo de caso sobre florestas, o livre mercado pode encorajar maiores preços de exploração ao mesmo tempo que investimentos estrangeiros em empresas locais para mudar práticas ambientais protecionistas. Ativistas locais, por sua parte, mobilizam suporte internacional através de redes de ONGs internacionais e do poder da Internet.

Há também que se interrogar se os efeitos que se atribuem à globalização são realmente verdadeiros. Há que se relativizar esta questão, afinal, a poluição, por exemplo, existe independente de a indústria ser globalizada ou não. O acesso ao mercado mundial pode induzir a uma produção maior e aumentar a poluição, mas não é claro que a poluição poderia ser menor se o mercado mundial fosse menos aberto. Hoje, sabe-se que as exigências dos mercados consumidores europeus, por exemplo, melhoraram a qualidade de produção de alguns artigos. O setor coureiro de exportação, do Vale do Rio dos Sinos – RS, viu-se em processo de produção dentro de princípios ecológicos de padrão internacional, a partir da exigência deste mercado. Assim, as empresas construíram estações de tratamento de água, devolvendo para o rio, muitas vezes, água mais limpa do que sua captação. Podem-se citar, entre tantos outros exemplos, os processos de certificação ambiental. A empresa Klabin, localizada no Estado de Santa Catarina, igualmente por pressões do mercado externo, desenvolveu o processo de certificação ambiental. Este processo analisa toda a cadeia produtiva de um determinado produto, observando se esta é ecológica e socialmente responsável. Neste caso específico, desde a plantação de madeiras de manejo ambiental até a

verificação das condições de trabalho, como: não existência de trabalho infantil, não existência de trabalho escravo, observância das leis sociais e ambientais, de um modo geral. A aplicação deste processo é considerada ecologicamente e socialmente sustentável, trazendo benefícios para as comunidades locais envolvidas neste processo, sobretudo porque instaura um outro padrão de mercado de trabalho local.

Mesmo se uma indústria não pudesse sobreviver sem acesso ao mercado mundial, não existiria garantia que a atividade econômica substituta seria mais ecologicamente correta.

A presença de conexões transnacionais intensificadas constringe e marca o destino das sociedades. Este processo traz para a vida social e econômica local forças que estão em sua maioria, fora do controle das elites políticas nacionais, até mesmo das mais determinadas. À medida que as fronteiras são transpostas e tornadas permeáveis, o alcance do que pode ser feito coletivamente de maneira efetiva pelas forças políticas diminui, graças às repercussões negativas que a antecipação de qualquer “movimento errado” pode provocar na arena internacional externa (Offe, 1999, p. 124).

Como as comunidades locais estão respondendo a globalização? As comunidades respondem ativamente a seus efeitos. É verdade que algumas comunidades têm mais habilidade do que outras que têm menos empoderamento. Em geral, a habilidade e o desejo das pessoas para responder a ameaças externas e oportunidades não devem ser subestimadas. Como eles respondem, depende de muitos fatores: como eles percebem o impacto; sua habilidade em se organizar; a influência dos atores sociais e a interação com as políticas local e nacional.

Woo (2000) diz que estudos de casos da Coreia, México e Ásia sugerem que, apesar da falta de regulamentação, a performance ambiental de muitas empresas está melhorando. O que é importante observar é que, enquanto o tamanho, tecnologia e nacionalidade da empresa afeta a performance ambiental, o fator mais importante nesta relação é a pressão da comunidade. Como esta pressão é aplicada, varia de comunidade para comunidade. Isto aparece na correlação entre o nível de investimento/educação e a habilidade em barganhar efetivamente.

O Estado, o mercado e a comunidade representam os modos ideais-típicos nos quais as pessoas vivem e interagem, os modos de coordenação dos indivíduos e suas ações. Cada um deles atua, e de certa forma se baseiam uma das três capacidades coletivamente relevantes por meio das quais os seres humanos podem intervir no mundo social: razão, interesse e paixão. [...] Cada um desses três tipos de capacidades humanas, gerando padrões correspondentes de ordem social, se especializa em maximizar um valor distinto. Esse valor é a igualdade de status legal, compreendendo direitos e deveres no caso dos Estados; a liberdade de escolha no caso dos mercados; e a identidade e a sua preservação (através de compromissos, solidariedade e lealdade) no caso das comunidades (Offe, 1999, p. 129).

A questão das alternativas é uma dificuldade para responder ao impacto da globalização nas comunidades locais. A escolha não é feita por ser a favor ou contra a globalização, mas sim, por qual tipo de alternativa será mais bem acolhida. Pode-se questionar se a globalização, como uma expansão de escolhas, permite mais opções para o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades locais do que existia no passado.

Woo (2000) pensa que há aqueles que acreditam que a globalização reduz a importância do local da decisão do investimento por causa da Internet e das outras tecnologias de comunicação. Isto talvez seja possível para os países industrializados, mas não para o terceiro mundo onde a regulamentação do trabalho e das leis ambientais ainda são frágeis. Hoje, observa-se a transferência das indústrias poluidoras para os países mais pobres e a instalação das indústrias de tecnologia limpa – como as de tecnologia de comunicação, do Vale do Silício, nos Estados Unidos – nos países desenvolvidos.

Como se pode mudar de um estilo de vida insustentável ecologicamente para uma relação mais harmoniosa com a natureza nas comunidades? Wackernagel e Rees (1996) indicam que o planejamento local oferece muitas oportunidades, tais como: planejamento para alta densidade populacional; promoção do uso de energia renovável em conjuntos comerciais e residenciais; realocação dos espaços urbanos e das rodovias particulares, o baixo custo de residências e do espaço público aberto; desincentivo ao uso individual dos carros e criação de incentivos que encorajem o uso do transporte público (caminhar e andar de bicicleta); e, usando um sistema de taxas, penalidades e prêmios para o uso comum dos espaços urbanos e cooperativas residenciais, etc. dedicados aos princípios de sustentabilidade.

A atividade econômica é cada vez mais considerada um fim em si mesmo e tanto as populações como o meio ambiente são sacrificados para manter a economia em crescimento dentro de uma ordem econômica global. Assim, o aumento da concentração do poder econômico nas mãos de poucas grandes corporações e instituições financeiras sem compromisso com o local em que se estabelecem, exclui cada vez mais as populações da sua efetiva participação na vida econômica e política. Sustentabilidade requer que se reivindique a economia a serviço do povo e das suas comunidades.

A proposta de atividade econômica poderia ser para adotar segurança material onde a comunidade vive mais do que para promover o consumo insensato para manter os centros do mundo financeiro às expensas da ecossfera. Isto pode parecer paradoxal, mas a segurança global é como encontrar suas raízes mais profundas para fortalecer as economias local e regional. Nenhum poder na terra pode gerenciá-la globalmente. Assim, se biorregiões individuais aprendem a viver do uso sustentável dos seus próprios recursos suplementados pelo mercado ecologicamente equilibrado, o efeito rede poderia ser a sustentabilidade global (Wackernagel e Rees, 1995, p. 143).

Estudos de casos¹⁰

Além dos vários exemplos já citados ao longo deste trabalho, este item apresenta dois casos. Os critérios para escolha destes casos baseou-se em:

- Pertencerem à realidade brasileira
- Apresentarem diversidade entre si. O primeiro situa-se em uma região de área industrializada; o segundo diz respeito é uma área de manejo ambiental, na Amazônia.

Caso 1: Globalização e o Vale do Ribeira: impactos e oportunidades para as comunidades locais¹¹

¹⁰ Para conhecimento de outras experiências indicamos os sites: www.agenda21.com e www.jadski.com/kerala.

O Brasil tem a maior biodiversidade do planeta Terra. Esta extraordinária riqueza representa uma importante diferença entre o Brasil e os outros países, já que isto pode permitir um desenvolvimento baseado no uso sustentável dos recursos naturais. Mas, de outro lado, isso suscita alguns desafios na direção da construção de novos paradigmas que conectem o desenvolvimento social e econômico com a conservação da diversidade.

A riqueza biológica do Brasil, que está muito proximamente relacionada com a sua diversidade cultural e identidade, está sendo fortemente impactada pelo processo de globalização de forma política e econômica, cujo modelo de desenvolvimento é baseado em padrões de produção e de consumo dos países industrializados. Soma-se a isto a dívida externa e o ajustamento estrutural de políticas impostas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional. O país está seguindo todas as normas para implementar um modelo neoliberal de desenvolvimento, resultando na diminuição do papel do Estado e no aumento da influência das companhias privadas na política local, nacional e global. Neste contexto, a existência das diferenças sociais e econômicas nas diversas regiões do país está piorando. Também, a implementação nacional das políticas e projetos ambientais, como se pode observar com a Convenção da Diversidade Biológica, ainda depende de financiamento internacional e uma forte pressão dos “experts”, ONGs e comunidades locais.

A bacia do Vale do Ribeira cobre 25.000 quilômetros quadrados e tem 323.274 habitantes, dos quais 35.2% são rurais (1996). Existem 23 municípios no Vale. A cidade principal é Registro, com 49.200 habitantes (1996) e dista 200 quilômetros de São Paulo. Aproximadamente 20% da população da região é analfabeta. A maior parte da prevalência de doenças são infecto-contagiosas. Esta bacia fornece um interessante contexto para conduzir a discussão sobre o tema globalização, desenvolvimento sustentável e comunidades locais por que apesar da sua riqueza cultural e biológica, esta é a região mais pobre economicamente do Estado mais rico do país. Sua riqueza está sendo afetada pelo processo de transição acelerado e relativamente recente, dirigido pelo desenvolvimento de políticas governamentais, cuja tendência é piorar a situação econômica e social.

A região contém a maior floresta tropical Atlântica remanescente do Brasil, que hoje representa apenas 7% da sua extensão original e é um dos biomas mais ameaçados do planeta. A floresta tropical é o habitat de muitos mangues e um importante estuário, área de reprodução essencial para organismos marinhos.

A população do Vale inclui indígenas, descendentes de africanos e portugueses e mais recentemente tem se tornado a casa de milhares de imigrantes japoneses e europeus. Suas comunidades, de acordo com a localização e tradição, vivem em diferentes atividades de subsistência: extração de produtos da floresta, cultivo da agricultura, pesca e coleta de ostras.

De um lado, esta diversidade cultural e biológica pode ser uma fonte de muitas alternativas para a sustentabilidade da região. Mas, considerando a demanda de cada grupo e a conexão com o meio ambiente, mais as pressões externas, acaba sendo também fonte de muitos conflitos. O conflito entre desenvolvimento e preservação está colocado. O manejo sustentável dos recursos naturais é crítico para o Vale do Ribeira. Uma grande parte do território do Vale é dedicada à preservação, restringida às comunidades locais em suas atividades econômicas tradicionais.

Ultimamente, a região tem sido impactada pela urbanização e atividades econômicas (especulação, turismo, pesca comercial, mineração, projetos de hidrelétricas particulares, construção de rodovia que ligará o Brasil ao Mercosul) ocasionadas pelas políticas de desenvolvimento definidas conforme as imposições globais. Usualmente, estas políticas estão

¹¹ Trabalho apresentado na LEAD International Session, Globalization and Sustainability: Impacts on Local Communities, Vancouver, 2000.

em desacordo com as políticas ambientais e com os interesses das comunidades locais, e estas não contribuem para um equilíbrio apropriado entre a geração de lucros e a conservação.

Há uma necessidade clara de procurar maior consenso e uma melhor integração das ações entre as comunidades locais, as ONGs e o governo com o objetivo de consolidar um projeto social e ambiental para esta região. Destacam-se algumas importantes iniciativas das comunidades locais que já podem ser observadas: a criação da Reserva Extrativa de Mandira. Esta única reserva extrativa marinha proporciona alternativas técnicas para a coleta sustentável e comércio de ostras para o mercado local e regional. Parque Estadual da Ilha do Cardoso: A comunidade desta ilha definiu normas para o uso da terra mais restritamente do que a legislação ambiental requer. Isso num esforço para conservar a floresta Atlântica e seus serviços pela exploração da beleza natural para atividades de ecoturismo e práticas de pesca de baixo impacto ambiental. O monitoramento do processo destas iniciativas reforça a tese que, proporcionando autonomia e instrumentos de planejamento participativo para as comunidades locais, junto com investimentos em educação e infra-estrutura básica, pode-se contribuir para a adoção de novos paradigmas de desenvolvimento sem comprometer a identidade das comunidades e a herança cultural, incluindo os últimos remanescentes de um patrimônio natural importante.

Caso 2: Projeto Mamirauá¹²

A Sociedade Civil Mamirauá, uma ONG sem fins lucrativos, administra o Projeto Mamirauá, por meio de um convênio com o Governo do Estado do Amazonas (IPAAM).

O Projeto Mamirauá é composto por pesquisadores, extensionistas e comunitários locais, trabalhando de maneira integrada. Cerca de 20 pesquisadores das áreas de meio ambiente, de ciências sociais, e de manejo dos recursos naturais, de diversas partes do Brasil e do exterior, estão baseados numa sede na cidade de Tefé (AM). Outros 20 extensionistas, nas áreas de saúde e nutrição, educação ambiental, extensão rural e desenvolvimento comunitário, integração política e comunicação social e ecoturismo também fazem parte do grupo. O apoio institucional vem diretamente do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia) e por meio de convênios com o IPAAM e o IBAMA (Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais e Renováveis e do Meio Ambiente). O apoio financeiro é principalmente do Conselho Nacional de Pesquisas, da cooperação bilateral britânica (DFID), do World Conservation Society e da Comissão Européia. Além disso, muitas outras instituições apóiam as atividades do Projeto de diversas maneiras.

As atividades do Projeto Mamirauá estão centralizadas numa Área Focal, de cerca de 260.000 hectares. Nesta área os trabalhos de pesquisas científicas iniciais constaram de levantamentos dos principais grupos de fauna e flora, e de cartografia e análise de imagens de satélite. Simultaneamente, um censo demográfico e socioeconômico foi realizado com as comunidades usuárias (moradoras ou não).

Uma vez identificados os principais recursos naturais utilizados pelas populações humanas do local, estas espécies foram alvo de pesquisa biológica específica e mais aprofundada para subsidiar a continuidade do uso sustentado destes recursos. Assim, espécies de peixes, mamíferos, répteis e árvores madeireiras foram os principais itens estudados.

Estudos das condições de saúde da população e outros estudos sociológicos foram desenvolvidos para permitir uma melhor compreensão das relações históricas e ecológicas destas comunidades tradicionais e seu meio ambiente.

O modelo de conservação usado na implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá inclui o uso sustentado de recursos naturais por populações humanas. Os assentamentos existentes na área não foram remanejados e os moradores do Mamirauá e

¹² Para maior aprofundamento sobre o Projeto Mamirauá, pesquisar www.mamiraua.org.br

de áreas adjacentes participam das discussões sobre o funcionamento da reserva. A organização política das comunidades se dá através da eleição de representantes de cada uma das vilas ribeirinhas da área. Estes representantes reúnem-se periodicamente em Reuniões de Setor, que agrupam comunidades vizinhas em cada um dos 9 setores organizados na Área Focal. Anualmente, todas estas lideranças reúnem-se com membros de todas as áreas do Projeto Mamirauá e com representantes de outras instituições locais (governamentais ou não) e de órgãos de classe, sindicatos e outros segmentos de sociedade civil organizada. Nestas Assembléias Gerais dos Usuários da Reserva, ocorre a efetiva participação dos atores sociais locais nos processos de tomada de decisão, por meio do voto. Desta forma, as principais decisões de manejo são de responsabilidade de todos os envolvidos no processo de gestão.

A melhoria da qualidade de vida das populações locais tem sido promovida através de trabalhos de extensão, principalmente em saúde e educação para os moradores e usuários da reserva, além de extensão agrícola, florestal, agroflorestal e de pesca.

Como resultado do Plano de Manejo, publicado em 1996, uma série de normas de zoneamento e de uso dos recursos naturais foram propostas pelos pesquisadores e aprovadas pela Assembléia Geral. Tais normas, em muitos casos, apresentaram um considerável impacto na economia de subsistência dos domicílios da reserva. De modo a corrigir esta tendência, algumas alternativas econômicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental estão sendo paulatinamente introduzidas na área pelo Projeto, destacando-se o Ecoturismo, a organização de artesãos locais, e um Programa de Comercialização do Pescado em bases sustentadas. Outras alternativas serão ainda introduzidas ao longo dos próximos anos.

O Projeto Mamirauá representa um grande desafio. Além de garantir a preservação de uma extensa área de várzea, abrigo de inúmeras espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, está trabalhando para assegurar condições de vida dignas para a população humana local.

Conclusão:

A realidade que se apresenta, exige a imposição de restrições bastante severas à racionalidade econômica prevaiente, restrições estas fundadas em valores éticos como a solidariedade para com as gerações futuras. Romeiro (2000) diz que não se trata, entretanto, de uma mudança institucional utópica. Procurou-se mostrar justamente as condições objetivas que a favorecem. Essas condições resultam em última instância de um processo de mudança cultural, representado pela contestação crescente da civilização industrial. A questão ambiental recolocou sob novas luzes o velho debate sobre a exclusão social: a evidência da impossibilidade ecológica de generalização dos padrões de consumo das sociedades afluentes, reforça naturalmente o questionamento das disparidades internacionais dos níveis de bem estar material, cuja solução, por conseguinte, passa por uma mudança nesses padrões de consumo. Ao mesmo tempo, vem contribuindo para reforçar ainda mais o questionamento dos valores que dentro das sociedades de consumo condicionam a percepção de bem estar social.

Globalização é mais do que apenas economia. Os aspectos social, cultural, político e tecnológico da globalização são tão importantes que não podem ser separados e analisados separadamente. Estes diferentes aspectos da globalização podem operar em diferentes direções e generalizações sobre o seu impacto e apontar ameaças à saúde das comunidades locais, se tratados com certo ceticismo. Os temores sobre a globalização frequentemente estão relacionados com a perda dos sistemas de suporte social que eram garantidos no passado pelo Estado, como, por exemplo, as garantias trabalhistas. Estes temores são compostos pelo fato que os mecanismos de governo internacional são pobremente desenvolvidos e mais, ainda, pobremente compreendidos. Em particular, percebe-se que um desequilíbrio entre as instituições internacionais como OMC, com seu foco exclusivo no comércio, e a ausência de instituições similares focando as questões sociais e ambientais. No nível local, globalização similarmente toma várias formas e pode operar em diferentes direções. A habilidade da

comunidade em responder aos efeitos da globalização não deveria ser subestimada, mesmo que os fatores que influenciam este processo sejam complexos.

Rattner (1999) diz que a sustentabilidade também remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado e no presente, ou no presente e no futuro. O primeiro serve como parâmetro para a sustentabilidade, enquanto que o último requer a definição do estado desejável de sociedade no futuro. O desafio de se encontrar uma saída é comum a todas as sociedades. Em vez de aceitar a imposição da racionalidade formal econômica devemos desenvolver formas de produção e consumo compatíveis com a integração social, participação comunitária, plena cidadania e justiça social. Deve-se ter como idéia base que as atividades econômicas têm suas raízes na comunidade, a ela prestam contas e nela distribuem os frutos da produção. Assim, proporcionam condições para regenerar a comunidade, prestar serviços sociais e tratar de seus problemas ambientais e sociais.

Entre alternativas da sociedade sustentável emergente, a partir de inúmeros projetos e experiências em andamento, Rattner (1999) destaca como princípios orientadores a visão integradora, encarando a função das atividades econômicas não somente em seus aspectos materiais, mas também as necessidades sociais e espirituais, tais como: identidade, participação, criatividade e solidariedade; descentralização, transparência no processo decisório e participação democrática; propriedade e controle comunitários, assegurando padrões de trabalho e de remuneração decentes; ênfase no uso de recursos materiais, humanos, sociais e culturais da localidade e da região, em vez da orientação exclusiva para o mercado mundial; sustentabilidade baseada em auto-suficiência e responsabilidade pública dos cidadãos, em vez de dependência de fontes e recursos externos; articulação permanente do local com o nacional e global, o micro com o macro; forte ênfase na dimensão política, procurando induzir mudanças sociais e criando alternativas para o modelo dominante; qualidade de vida como parâmetro básico do desempenho da economia, com ênfase na diversidade ecológica, social e cultural, como critério de avaliação; política econômica orientada para poupar capital, em vez de reduzir empregos e oportunidades de trabalho; sustentabilidade assegurada por uma reprodução social, natural e cultural, em vez de crescimento ilimitado da produção de mercadorias. Estas características ideais encontram amparo na retrospectiva histórica e na análise teórica das tendências e opções abertas à civilização.

Os exemplos aqui citados, bem como outros existentes, não surgem de uma vez e completos, mas são frutos de inúmeras experiências e inovações daqueles que sofrem as conseqüências das políticas econômicas e sócio-ambientais. Em sua essência, incorporam os valores básicos da justiça social: equidade e redistribuição do acesso e controle da riqueza e dos recursos, sustentabilidade, que implica respeito pelo planeta e seus recursos limitados, e democracia participativa, ou seja, a participação efetiva de todos nas decisões que afetam suas vidas.

Referências

BAUMAN, Zygmund. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Fernando; FARINA, Sérgio; SCHEID, Urbano. *Apresentação de trabalhos escolares*. 17. ed. Porto Alegre: Multilivro, 1997.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DOWBOR, Ladislau. Estado, sociedade civil e democracia. *Cadernos ABDL*, 7, turma 2000.

FRENCH, Hilary. Vanishing Borders: *Protecting the Planet in the age of globalization* <www.worldwatch.org>.

GIDDENS, Anthony. *Globalization – lecture 1*. <www.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith>, 1999.

LEAD Brazil Associates. Globalization and Ribeira Valley: Impacts and opportunities for local communities. *LEAD International Session*, Vancouver, p. 142-143, Aug. 2000.

McFETRIDGE, Donald G. *Economia e meio ambiente: a reconciliação*, Porto Alegre: Ortiz, 1992.

Nattrass, Brian, Altomare, Mary. The natural step for business – wealth, ecology and evolutionary corporation. Gabriola Island: New Society Publishers, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Nova Centro-esquerda. Cadernos ABDL. 7 turma.2000.

RATTNER, Henrique. Liderança Para Uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Nobel, 1999.

Rees, William. The dark side of the force (of globalism). *LEAD International Session*, Vancouver, p. 68-82, Aug. 2000.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. www.unicamp.br, 2000.

Smith, Gordon. Altered states: globalization, sovereignty and governance. *LEAD International Session*, Vancouver, p:64-67, aug. 2000.

SOLA, Lourdes e outros (Orgs.). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Unesp, 2001.

Wackernagel, Mathis, Rees, William. *Our ecological footprint – reducing human impact on the earth*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1995.

WAGNER, Lynn. The globalization phenomenon and influence near and far. *Earth negotiations Bulletin*, International Institute for sustainable development. www.ictsd.org

WOO, Yuen Pau. Globalization and sustainable development: an overview of the issues. *LEAD International Session*, Vancouver, p:83-94, aug. 2000.

Sites da Internet acessados em maio de 2002.

www.wto.org – World Trade Organization acessado em maio/2002.

www.oecd.org – Organization for Economic Cooperation and Development.

www.ictsd.org – International Centre For Trade and Sustainable Development.

www.ifg.org – International Forum on Globalization.

www.worldwatch.org – Worldwatch Institute.

www.unrisd.org – UN Research Institute for Social Development.

www.undp.org – UN Development Program.

www.mondialisations.org – Groupe d'Etudes et de Recherche Sur Les Mondialisations.

www.rcci.net/globalizacion – Revista Web Mensual de Economía, Sociedad y Cultura – ISSN 1605-5519.